



Aprovados 3 textos para combater violência à mulher

Na véspera do Dia da Mulher, o Senado aprovou pauta escolhida pela bancada feminina. Um dos projetos torna crime divulgar fotos da vida íntima das vítimas sem autorização

Três propostas aprovadas pelo Senado e enviadas à sanção têm o mesmo objetivo: combater a violência contra a mulher. Uma torna crime a divulgação pela internet de mensagens de ódio às mulheres. Outra passa a tratar como violência doméstica a vingança pornográfica, quando a intimidade da mulher é exposta sem autorização. E a terceira criminaliza o descumprimento de penas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. **3**



Gleisi Hoffmann aumentou a pena para crime de vingança pornográfica



Eunício Oliveira conduz homenagem, entre integrantes da bancada feminina

Senado reconhece mulheres que ajudaram a elaborar Constituição

O Senado entregou ontem o Diploma Bertha Lutz às 26 mulheres que participaram da elaboração da Constituição de 1988. Todas eram deputadas. Entre elas, estão as hoje senadoras Lídice da Mata, Lúcia Vânia e Rose de Freitas. Das 26 homenageadas, seis morreram, e os diplomas delas foram entregues a familiares.

A homenagem é feita anualmente a pessoas que se destacam na luta pela igualdade

entre homens e mulheres na sociedade.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, citou a importância das mulheres na Constituinte: "Era uma bancada pequena, mas deixou sua marca na conquista de direitos sociais". Ele disse que, apesar de ter crescido desde então, a presença das mulheres no Legislativo hoje ainda é pequena.

Neste ano, a Constituição completa três décadas. **5**

Advogado sindical poderá receber dois honorários **8**

Acesso de defesa a inquérito segue para a Câmara **3**

Ministro critica judicialização na saúde pública **4**

Debate: venda on-line precisa ser regulada **7**

Instalados mais 5 colegiados para analisar MPs **2**

Legalização de jogo de azar é rejeitada em comissão



Randolfe e Magno Malta apresentam voto em separado, contrário ao projeto

A Comissão de Constituição e Justiça rejeitou a proposta de legalização dos jogos de azar e reabertura dos cassinos no país. A maioria dos senadores foi contrária ao projeto que autoriza a exploração de bingos, jogo do bicho, videogame e outras modalidades de apostas. Apesar do voto favorável do relator, Benedito de Lira, prevaleceu o parecer contrário apresentado em separado por Randolfe e Magno Malta. O texto segue ao Plenário. **8**

Acordo entre Brasil e EUA para transporte aéreo será promulgado

O Senado aprovou ontem um acordo internacional sobre transporte aéreo entre Brasil e Estados Unidos. Firmado em 2011, o texto define o marco legal para a operação de serviços aéreos entre os dois países. De acordo com o governo, o acordo incentiva a oferta ao público de mais opções de serviço. **3**

Texto que muda imposto de fundo fechado passa em comissão mista

A cobrança de Imposto de Renda sobre fundos fechados de investimento passará a ser semestral a partir de 2019, determina uma medida provisória aprovada ontem em comissão mista.

O texto segue agora para a análise da Câmara dos Deputados. Depois terá de passar pelo Senado. **2**

Aprovada redução de burocracia para filantrópicas **4**

Audiência discutirá cancerígenos em alimentos **6**

Projeto sobre desburocratização recebe emendas **3**

Para especialista, grande vitória do Estado Islâmico foi na internet

Na Comissão de Relações Exteriores, o jornalista e professor português Henrique Cymerman disse que o Estado Islâmico está perdendo a guerra contra a coalizão de países árabes e os Estados Unidos, mas teve uma grande vitória: por meio de redes sociais, cooptou milhares de jovens do mundo inteiro. Para o especialista, chegou o momento de se criar um Estado palestino, provavelmente desmilitarizado, que viva em paz com Israel. **7**



Ana Amélia, Jorge Viana e Henrique Cymerman debatem o mundo árabe e as ações extremistas de organizações terroristas

Imposto maior para fundos fechados segue à Câmara

Comissão mista aprovou ontem a medida provisória que torna semestral a cobrança de IR sobre o rendimento de fundos exclusivos de investimento

OS FUNDOS FECHADOS de investimento poderão pagar mais Imposto de Renda. É o que determina a Medida Provisória 806/2017, que está pronta para exame da Câmara dos Deputados. A MP foi aprovada ontem na comissão mista que analisava a medida.

Os fundos fechados são usados por grandes investidores. Normalmente têm poucos integrantes e prazo de duração delimitado. Não é permitida a livre movimentação pelo cotista. Até agora os participantes desses fundos recolhiam impostos no resgate das cotas ou na amortização dos fundos.

A partir de janeiro de 2019, a arrecadação do imposto sobre os rendimentos acontecerá semestralmente, determina o texto aprovado na comissão, originado do relatório do deputado Wellington Roberto (PR-PB).

O senador Eduardo Amo-



Comissão mista aprova MP, que deve ser votada na Câmara e no Senado

rim (PSDB-SE), que presidiu a comissão mista, disse que esse novo método de cobrança contempla uma reivindicação da sociedade para que os mais ricos paguem mais impostos:

— O governo estima arrecadar cerca de R\$ 10 bilhões com esses fundos. Dizem os especialistas que é a hora da-

queles que acumulam grandes riquezas, sobretudo investindo nesses fundos, realmente serem tributados e pagarem mais por essas fortunas.

A MP tem que passar por votações nos Plenários da Câmara e do Senado antes de 8 de abril. Caso isso não aconteça, a medida perde a validade.

Congresso instala cinco comissões sobre MPs

O Congresso Nacional instalou ontem cinco comissões mistas para analisar as Medidas Provisórias 815, 816, 817, 818 e 819. As duas primeiras foram editadas pelo governo federal em 2017 e as três últimas este ano.

Entre as cinco, uma das mais relevantes é a MP 815/2017, que libera R\$ 2 bilhões em caráter emergencial para municípios.

Pelo texto, a parcela destinada a cada ente federado será definida pelos mesmos

critérios de transferências via Fundo de Participação dos Municípios. A MP estabelece que os municípios deverão aplicar os recursos preferencialmente em saúde e educação.

Veja abaixo as comissões.

Medidas provisórias tratam de repasses aos municípios e outros temas

MP 815/2017	Autoriza o repasse de apoio financeiro aos municípios no valor de R\$ 2 bilhões (MP 815/2017). Pelo texto, a parcela destinada a cada ente federado será definida pelos mesmos critérios das transferências via Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A MP estabelece que os municípios deverão aplicar os recursos preferencialmente em saúde e educação. O objetivo é assegurar a prestação de serviços básicos à população dos municípios a continuidade de projetos de investimento feitos em parceria com a União. Presidente: deputado Hildo Rocha (PMDB-MA) Relator: senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)
MP 816/2017	Cria três cargos em comissão para compor os Conselhos de Supervisão dos Regimes de Recuperação Fiscal dos estados e do Distrito Federal, vinculados ao Ministério da Fazenda. Os cargos, de conselheiro, são do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) de nível 6, em regime de dedicação exclusiva. Segundo o governo, a proposta visa dar cumprimento à Lei Complementar 159/2017, que instituiu o Regime de Recuperação Fiscal para os Estados e o Distrito Federal. Presidente: senador Elber Batalha (PSB-SE) Relator: deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG) Relator-revisor: deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ)
MP 817/2018	Trata de movimentação dos servidores dos ex-territórios de Rondônia, Roraima e Amapá. O texto regulamenta as Emendas Constitucionais 60/2009, 79/2014 e 98/2017, que dispõem sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis e militares e aos empregados oriundos dos ex-territórios para reintegrar esses trabalhadores aos quadros da União. Presidente: deputada Maria Helena (PSB-RR) Relator: senador Romero Jucá (PMDB-RR) Relator-revisor: deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)
MP 818/2018	Amplia de três para cinco anos o prazo para a criação de planos de desenvolvimento urbano integrado por regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do país. Unidades territoriais desse tipo já existentes terão até 31 de dezembro de 2021 para elaborar e aprovar, por lei estadual, seus planos. Os planos de desenvolvimento urbano integrado estão previstos no Estatuto da Metrópole (Lei 13.089/2015) e devem conter uma visão conjunta e integrada de municípios inseridos em uma mesma dinâmica urbana e socioeconômica. Presidente: senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) Relator: deputado Fausto Pinato (PP-SP)
MP 819/2018	Autoriza a União a doar ao Estado da Palestina até R\$ 792 mil (US\$ 252,3 mil pelo câmbio de ontem) para a restauração da Basílica da Natividade, na cidade de Belém. Os recursos sairão do orçamento do Ministério das Relações Exteriores. Construída no século IV, a Basílica da Natividade contém uma gruta onde, segundo a tradição cristã, Jesus nasceu. Em 2012, o templo foi declarado Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Presidente: deputado George Hilton (PSB-MG) Relator: senador Humberto Costa (PT-PE)

Eunício Oliveira reúne-se com deputados do PMDB mineiro

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, acompanhado de outros deputados estaduais e de deputados federais da bancada do PMDB mineiro, entre eles, o 1º vice-presidente da

Câmara, Fábio Ramalho. O grupo convidou Eunício para participar da reunião especial em homenagem ao PMDB pelos 52 anos de fundação, que acontecerá às 10h do dia 26 de março, na Assembleia Legislativa do estado.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Lindbergh é reconduzido à liderança do PT no Senado

Humberto Costa (PT-PE) informou ontem ao Plenário que a bancada do PT decidiu pela recondução de Lindbergh Farias (PT-RJ) à

liderança do partido no Senado. A decisão foi tomada por unanimidade e ainda será comunicada oficialmente à Mesa do Senado.

Prorrogada MP sobre fundo para gerir compensação ambiental

Foi prorrogada por mais 60 dias a vigência da Medida Provisória 809/2017, que autoriza o Instituto Chico Mendes a selecionar sem licitação um banco público para criar e gerir um fundo formado pelos recursos arrecadados com a compensação ambiental. O fundo vai financiar parques

nacionais, reservas biológicas e áreas de proteção ambiental. Caberá ao banco escolhido executar os recursos. Ele ficará responsável pelas desapropriações de imóveis privados que estejam em unidades de conservação beneficiadas pelos recursos.

Com Agência Câmara

Nova lei inclui direito à educação ao longo da vida na LDB

O direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida como um dos princípios do ensino brasileiro passa ao ordenamento jurídico com a Lei 13.632/2018, sancionada e publicada no *Diário Oficial da União* de ontem. A proposta (PLC 75/2017), aprovada pelo Senado em 8 de fevereiro, estabelece que a educação

de jovens e adultos constitui instrumento para a educação ao longo da vida para quem não teve acesso aos estudos no tempo previsto.

A lei também determina o dever do Estado de garantir que a educação especial na primeira infância se estenda ao longo da vida para as pessoas com deficiência.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Saúde da mulher e Previdência
9h Audiência interativa sobre saúde da mulher e direitos previdenciários.

CRE Escassez de água
9h Sabatina de indicados para embaixadas na Nigéria e em El Salvador. Depois, audiência para debater escassez de água e ameaças à ordem internacional.

SESSÃO ESPECIAL Dia Mundial do Rim
9h Comemoração do Dia Mundial do Rim.

PLENÁRIO Sessão deliberativa
11h Na pauta, o PLC 8/2016, sobre hipóteses para aumentar a pena de feminicídio.

CSE Fórum Mundial da Água
17h Audiência interativa para debater o Fórum Mundial da Água 2018.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Textos aprovados combatem violência à mulher

Três projetos defendidos pela bancada feminina foram aprovados ontem. Entre eles, um que criminaliza o registro e a divulgação não autorizada de cenas da intimidade sexual

O PLENÁRIO APROVOU ontem três projetos de combate à violência contra a mulher. Na mira, a criminalização da divulgação de mensagens misóginas — que propagam ódio ou aversão às mulheres — pela internet, da chamada vingança pornográfica e do descumprimento de medidas protetivas determinadas pela Lei Maria da Penha.

Os projetos fazem parte da pauta apresentada pela bancada feminina ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, em razão do Dia Internacional da Mulher, celebrado hoje.



Na véspera do Dia da Mulher, o Senado aprovou proposta contra mensagens de ódio ou aversão a mulheres

Misoginia

O PLC 186/2017 delega à Polícia Federal a atribuição de investigar crimes associados à divulgação de mensagens de conteúdo misógeno pela internet.

O texto recebeu em Plenário parecer favorável da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e segue para sanção presidencial.

— É preciso que as pessoas se conscientizem de que, em pleno século 21, não há mais espaço para a intolerância. Ao contrário, há muito é chegada a hora de se reconhecer o pluralismo e, sobretudo, a

igualdade de gênero — disse.

Para a senadora, a investigação dos crimes relacionados à misoginia pela internet deve ter prioridade, principalmente pela rápida propagação das informações na rede. Além disso, a PF, por ser uma força policial mais bem estruturada, seria mais eficiente e rápida nas investigações.

A senadora Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) também apoiou o projeto e pediu à Presidência da República que não vete a proposta.

— Eu tenho convicção de que haverá um parecer, na Presidência da República,

para vetar esse projeto. E esse projeto não pode ser vetado. É muito importante para as brasileiras porque dá um caráter de federalização a esse crime, porque a internet não tem limites de municípios, de estados — defendeu.

Proteção

Também segue para sanção o projeto que torna crime o descumprimento das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha (PLC 4/2016).

As medidas podem ser impostas por juízes para proteger mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar.

O texto estabelece pena de detenção de três meses a dois anos para quem desobedecer a decisão judicial nesse sentido. A relatora, Vanessa, disse que o projeto garante maior segurança às mulheres.

A criminalização da violação da intimidade da mulher também foi aprovada ontem. O PLC 18/2017 enquadrou a prática como uma forma de violência doméstica e familiar. Pela proposta, o registro ou a divulgação, não autorizada, de cenas de intimidade sexual — a chamada vingança pornográfica — implicará reclusão de dois a quatro

anos e pagamento de multa. Como o texto original sofreu alterações, o projeto volta para a Câmara dos Deputados.

O texto aprovado foi o substitutivo de Gleisi Hoffmann. Ela aumentou a pena do projeto inicial, que estabelecia a reclusão de três meses a um ano, mais multa. A senadora também acrescentou a previsão de punição para quem permitir ou facilitar, por qualquer meio, o acesso de pessoa não autorizada ao conteúdo de exposição da intimidade sexual de alguém.

A vingança pornográfica foi classificada, por Gleisi, como um “massacre social”, visto que compromete o convívio social da vítima. Segundo ela, a principal vítima é a mulher e, na maioria das vezes, os responsáveis são os ex-parceiros.

— A legislação ressent-se de instrumentos adequados e eficientes para prevenir e punir atos de vingança pornográfica.

Para Vanessa, a falta de clareza na lei permitia que muitos magistrados não considerassem a exposição pública da intimidade de alguém como uma forma de violência.

Leia sobre o Diploma Bertha Lutz na página 5

Senado confirma acordo de transporte Brasil-EUA

Um acordo internacional sobre transporte aéreo entre Brasil e Estados Unidos foi aprovado ontem pelo Senado e segue para a promulgação. Firmado em 2011, o texto (PDS 5/2018) cria um novo marco legal para a operação de serviços aéreos entre os dois países.

De acordo com o governo, a intenção é promover o sistema de aviação internacional baseado na livre competição e com o mínimo de interferência e regulação governamental. O acordo busca incentivar a oferta ao público de mais opções de serviço, com o encorajamento ao setor aéreo para desenvolver e implementar preços competitivos.

O acordo é criticado por alguns senadores, que apontam um possível prejuízo às empresas brasileiras. Para Lindbergh Farias (PT-RJ), ainda há dúvidas sobre as possíveis consequências:

— Voto contra esse acordo. Acho que vai ser extremamente prejudicial ao setor, vai haver desnacionalização e perda de empregos. As empresas que estão aqui não vão ter condições de competir em pé de igualdade com as empresas norte-americanas — afirmou.

Ele e Roberto Requião (PMDB-PR), que também votou contra o texto, chegaram a pedir verificação de quórum, mas não conseguiram apoio.

O transporte aéreo por cabotagem continua proibido. Assim, uma companhia aérea dos Estados Unidos não poderá oferecer voos iniciando e terminando no território brasileiro e vice-versa.

Cada empresa área terá o direito de vender o transporte na moeda da outra parte ou em moeda conversível — no caso, o dólar. Com base na reciprocidade, as empresas de um dos países poderão manter pessoal no território do outro, como especialistas de gerência, de vendas, técnicos e pessoal operacional.

Outro ponto do acordo é a opção da companhia aérea de manter o próprio serviço de apoio em solo, exceto se não for possível por limitações físicas e de segurança aeroportuária.

O texto permite que, em consonância com as leis e regulamentos vigentes, as receitas obtidas com o serviço prestado no outro país poderão ser remetidas à sede sem taxas e encargos adicionais além dos cobrados pelos bancos. Isso não desobriga as empresas do

pagamento de impostos, taxas e contribuições.

Quanto às tarifas aeroportuárias, o acordo permite que cada parte estimule a autoridade competente a fazer consultas com as companhias aéreas para revisões criteriosas da “razoabilidade” dos valores. Se uma revisão de tarifa considerada alta não for realizada, a outra parte poderá pedir arbitragem para a solução de controvérsias.

Segurança

O texto atualiza a lista de acordos internacionais sobre segurança na aviação civil e permite assistência mútua mediante solicitação para a prevenção de atos ligados à tentativa de tomar o controle de aeronave. Cada parte considerará, de “modo favorável”, toda solicitação da outra parte para a adoção de medidas especiais de segurança para combater uma ameaça específica.

Avaliações no território da outra parte poderão ocorrer após 60 dias de uma notificação nesse sentido, permitindo que autoridades do outro país inspecionem as medidas de segurança adotadas pelas companhias aéreas.

Texto que prevê acesso da defesa a inquérito policial vai à Câmara

O Plenário aprovou ontem, em votação simbólica, um projeto que assegura que investigados em inquéritos policiais possam ter espaço para defesa e contraditório dentro do inquérito.

De Roberto Rocha (PSDB-MA), o PLS 366/2015 vai agora para a Câmara.

O texto permite que a defesa do acusado tenha acesso às provas produzidas e documentadas durante o inquérito e possa requisitar

vista dos autos e requerer diligências próprias — inclusive com a garantia de suspensão do prazo do inquérito. Isso poderá ocorrer mesmo após o indiciamento.

O relator, João Capiberibe (PSB-AP), emendou o texto para abrir uma exceção: ficarão fora dessa regra os registros relativos a diligências em andamento e medidas cautelares sigilosas, “cujo acesso possa prejudicar a eficácia das investigações”.

Projetos de desburocratização recebem emendas em Plenário

Dois projetos para reduzir a burocracia receberam emendas ontem durante a segunda sessão de discussão em Plenário. Eles seguiram para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que dará parecer sobre os pedidos de mudança.

Um dos projetos autoriza o funcionamento dos cartórios em horários e dias extras ao previamente determinado, a critério dos tabeliães, desde que haja autorização do juiz

(PLS 15/2018).

O outro muda a Lei dos Cartórios para obrigar os serviços notariais e de registro a intermediar os serviços e a entrega de documentos de cartórios de outras regiões (PLS 17/2018). Atualmente os cartórios só podem fazer atos dentro do município de sua delegação.

Os textos foram elaborados pela Comissão Mista de Desburocratização e apresentados ano passado.

Avança texto que beneficia hospitais filantrópicos

Pela proposta, que agora vai para a Câmara, regras para concessão e renovação de certificado de filantropia ficam mais simples, permitindo que prefeitura ou estado ateste prestação de serviços ao SUS

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem um projeto de lei que simplifica as regras para a concessão e a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas). O PLC 187/2017 agora vai para o Plenário do Senado.

Com a mudança, a comprovação da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) poderá ser feita com uma declaração da prefeitura ou do governo estadual, flexibilizando uma exigência documental que, de tão burocrática, não consegue ser cumprida por 45% das entidades.

A certificação das filantrópicas, regulada pela Lei 12.101, reconhece uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos como sendo entidade de assistência social e a isenta de pagar certos tributos.

Com o certificado, as filantrópicas podem firmar convênios com o poder público, obter subvenções sociais (repasse para cobrir despesas de custeio) e até obter desconto na conta de energia elétrica.

Para obter a certificação, a entidade deve comprovar a prestação de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60%, apresentando o contrato firmado ou convênio com o SUS. Algumas filantrópicas enfrentam dificuldades para cumprir esse requisito e, por isso, têm a certificação cancelada ou indeferida, mesmo quando há a efetiva prestação dos serviços de saúde.

Pelo projeto de lei em análise, a declaração da prefeitura ou do governo será suficiente para essa comprovação.

A mudança proposta, porém, tem prazo de vigência determinado. O texto permite a comprovação nos processos de concessão e renovação de certificação com requerimentos protocolados até 31 de dezembro de 2018, com exercício de análise até 2017. A declaração não será aceita nos processos cujos requerimentos sejam protocolados a partir de 2019.

O relator da proposta, senador Dalírio Beber (PSDB-SC) defendeu a aprovação rápida:

— Em face do papel relevante desempenhado pelo setor filantrópico na assistência à saúde e das consequências danosas que o indeferimento da certificação de entidades beneficentes efetivamente atuantes no SUS trará para a garantia do direito constitucional à saúde, acreditamos que o projeto é meritório e deve prosperar e receber a apreciação mais célere possível.

Dependente químico

A comprovação via declaração da prefeitura ou do governo valerá inclusive para as instituições que prestem serviços de atenção em regime residencial e transitório a dependentes químicos, incluídas as comunidades terapêuticas, com ou sem contraprestação do usuário dos serviços.

Além do gestor local do SUS, também o órgão do sistema

nacional de políticas de drogas poderá assinar o contrato com as entidades beneficentes de saúde atuantes no atendimento a dependentes químicos.

O projeto também contém um dispositivo caracterizando como ato de improbidade administrativa do gestor do SUS a transferência de recursos às entidades sem celebração prévia de contrato ou convênio.

Irregularidade

Para as situações futuras, o projeto determina que, no caso dos serviços prestados sem contrato em situações passíveis de indeferimento ou cancelamento da certificação, o Ministério da Saúde deverá informar os órgãos de controle dos indícios da irregularidade praticada pelo gestor do SUS.

A rede filantrópica engloba 1,7 mil hospitais — como as Santas Casas — que prestam serviços para o SUS, sendo responsável por 42% das hospitalizações, 37% dos leitos disponíveis e 7,5% dos atendimentos ambulatoriais da saúde pública — ou ainda 49,5% do total de atendimentos do SUS.

Em cerca de 950 municípios, a assistência hospitalar é realizada unicamente por um hospital beneficente. É o setor filantrópico que executa o maior número de cirurgias oncológicas, cardíacas e neurológicas, de transplantes e de outros procedimentos de alta complexidade — 59,5% das internações de alta complexidade na rede pública.



Ricardo Barros fala em audiência pública conduzida por Marta Suplicy

Ministro diz que ações judiciais atrapalham planejamento do SUS

O ministro da Saúde, Ricardo Barros, disse no Senado que as decisões judiciais que obrigam o poder público a fornecer a doentes remédios não oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) atrapalham o planejamento da saúde pública. De acordo com ele, essas decisões têm um impacto de R\$ 7 bilhões por ano nos cofres públicos.

— A judicialização é um problema sério na saúde. São R\$ 7 bilhões por ano em sentenças judiciais na saúde. Não existe orçamento da judicialização. Nós votamos o Orçamento da União. Nele está escrito judicialização? Não está. Esse dinheiro da judicialização é deslocado de outras ações, então desestrutura o planejamento que foi feito para atender a população — afirmou.

Barros deu as declarações ontem, numa audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Doenças raras

Senadores que participaram do debate elogiaram a atuação do ministro, mas cobraram melhorias no atendimento à população, principalmente aos pacientes com câncer, doenças renais e males raros.

O senador Wadimir Moka (PMDB-MS) lamentou as dificuldades no diagnóstico e na distribuição de medicamentos para os doentes graves:

— Eu sou um inconformado. A pessoa tem diagnóstico firmado de doença rara e

tratamento contínuo, mas de repente o medicamento para de ser distribuído. Se ela ficar um mês sem recebê-lo, a chance de morrer é muito grande.

Na audiência, o ministro disse que o Mais Médicos será mantido e que haverá a diminuição de médicos cubanos no programa — de 11 mil para 7 mil em três anos — e o aumento da participação de profissionais brasileiros.

Economia

Barros apresentou os principais números do Sistema Único de Saúde. Ele afirmou que o SUS é o maior sistema público de saúde do mundo, com um orçamento de R\$ 131 bilhões neste ano. A rede pública brasileira atende 7 em cada 10 brasileiros.

No ano passado, de acordo com ele, o sistema realizou 4 bilhões de tratamentos ambulatoriais, 1,3 bilhão de consultas médicas e 11 milhões de internações.

Como o que considera avanços na atenção básica, o ministro da Saúde apontou a formação de agentes de saúde, as campanhas de vacinação e a queda nos casos de dengue e zika.

Barros ressaltou esforços para a modernização do ministério, o combate a fraudes e o aumento na fiscalização e na transparência dos gastos.

Segundo o ministro, as negociações com laboratórios permitiram uma economia de R\$ 3 bilhões na compra de medicamentos para o SUS em 2017.



Waldemir Moka (E) preside reunião em que comissão aprovou projeto com regras para filantropia no SUS

Comissão sabatina diplomatas e debate escassez mundial de água

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) faz hoje, às 9h, reunião em que serão sabatinados os diplomatas Ricardo Guerra de Araújo e João André Pinto Dias Lima. Eles foram indicados para chefiar as embaixadas do Brasil na Nigéria e em El Salvador, respectivamente.

Após a análise da CRE, as indicações seguirão para votação no Plenário do Senado.

Em seu relatório sobre a indicação (MSF 4/2018) de Ri-

cardo Guerra para a Nigéria, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) informa que o diplomata, nascido em Brasília, integra os quadros do Itamaraty desde 1984. Já trabalhou em missões brasileiras junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e órgãos das Nações Unidas e em países como Bélgica, França, República Tcheca e Bulgária.

Relator da indicação de João André Pinto para El Salvador (MSF 5/2018), o senador

Cristovam Buarque (PPS-DF) informa que o indicado, nascido em Porto Alegre, integra desde 1983 o Itamaraty e já trabalhou em Portugal, Canadá, Itália, Bolívia, Estados Unidos e Nigéria.

Audiência

Após as sabinas, haverá uma audiência pública com a participação da Subcomissão Temporária dos Preparativos para o 8º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em

Brasília neste mês.

A audiência vai debater a escassez da água e as ameaças à estabilidade da ordem internacional. Os debatedores serão o presidente do Conselho Mundial da Água, Benedito Braga, e o coordenador político do fórum, embaixador Reinaldo Salgado.

A subcomissão integra a CRE e é presidida por Jorge Viana (PT-AC). A CRE tem na presidência Fernando Collor (PTC-AL).

Senado faz sessão especial para lembrar Dia Mundial do Rim

O Senado faz hoje, às 9h, uma sessão especial para celebrar o Dia Mundial do Rim. Proposta por Eduardo Amorim (PSDB-SE), que é médico, a sessão busca chamar a atenção para as doenças renais e o atendimento oferecido pela rede pública.

O Dia Mundial do Rim é uma campanha global de conscientização sobre a importância dos rins. A data é comemorada na segunda quinta-feira de março.

Premiação ressalta atualidade da luta feminina

Diploma Bertha Lutz foi dado às 26 deputadas que participaram da Constituinte, há 30 anos. Discursos destacaram que mulheres ainda buscam representação política e igualdade



30 anos
CONSTITUIÇÃO
da CIDADANIA

A REPRESENTAÇÃO DAS mulheres na política ainda é insatisfatória, e sua ampliação tem o potencial de beneficiar a sociedade como um todo. Foi o que afirmou o presidente do Senado, Eunício Oliveira, na sessão que entregou ontem o Diploma Bertha Lutz às 26 mulheres que participaram como deputadas da Assembleia Constituinte em 1987 e 1988.

Eunício afirmou que, apesar de não ter participado da Constituinte, acompanhou de perto o processo e que acredita ser relevante que o Senado volte a trazer à tona a atuação da frente parlamentar feminina naquele período.

— Era uma bancada pequena, de apenas 26 deputadas, mas deixou sua marca na conquista de direitos sociais. Hoje a bancada feminina é três vezes maior, mas penso que essa representação ainda é insuficiente. A participação das mulheres na Constituinte e o engajamento delas ainda hoje demonstram contribuição fundamental à democracia brasileira — disse.

O Diploma Bertha Lutz é anualmente entregue pelo Senado desde 2001 a pessoas que se destacam na luta pelo protagonismo feminino na sociedade.

Entre as agraciadas com o diploma neste ano, quatro ainda são parlamentares: as senadoras Lídice da Mata (PSB-BA), Lúcia Vânia (PSB-GO) e Rose de Freitas (PMDB-ES) e a deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

Também foram agraciadas Anna Maria Rattes (RJ), Beth Azize (AM), Bete Mendes (SP), Eunice Michiles (AM), Irma Passoni (SP), Lúcia Braga (PB), Maria de Lourdes Abadia (DF), Maria Lúcia de Mello Araújo (AC), Marluce Pinto (RR), Moema São Thiago (CE), Myriam Portella (PI), Raquel Cândido (RO), Raquel Capiberibe (AP), Rita Camata (ES), Sadie Hauache (AM) e Sandra Cavalcanti (RJ).

Homenagem póstuma

Seis foram homenageadas postumamente: Abigail Feitosa (BA), Cristina Tavares (PE), Dirce Quadros (SP), Márcia Kubitschek (DF), Rita Furtado (RO) e Wilma de Faria (RN). Os diplomas foram entregues a familiares.

Vanessa: 26 deputadas constituintes mudaram as relações sociais no país

As 26 mulheres na Assembleia representavam apenas 5% dos constituintes e mudaram a forma como a sociedade encarava as relações de gênero, disse Vanessa Grazziotin. Exemplo disso, afirmou, foi a adoção da licença-maternidade e o fim da aceitação do comportamento da época de que o homem poderia praticar um crime contra a mulher para defender a própria honra.

Ela lamentou, porém, que 30 anos depois, alguns direitos previstos na Constituição passaram a ser ameaçados, por exemplo, pela reforma trabalhista.

A coordenadora da Procuradoria da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), e a presidente do Conselho do Diploma Bertha Lutz, Simone Tebet (PMDB-MS), elogiaram a inclusão de projetos da bancada feminina na pauta do Plenário deste mês, como o PLS 228/2017, que garante proteção a gestantes e lactantes em relação a trabalho em local insalubre, o PLC 18/2017, que inclui a comunicação entre os direitos assegurados pela Lei Maria da Penha, e o PLS 612/2011, que reconhece a união estável como família.



Eunício, entre as parlamentares da bancada feminina, conduz entrega do Diploma Bertha Lutz

Homenageadas lembram engajamento popular pela Constituição

Os anos de 1987 e 1988 foram marcados no Brasil pelo engajamento da sociedade no processo constituinte. A importância de poder participar daquele processo para as 26 deputadas constituintes eleitas pelo povo foi destacada nos discursos das hoje senadoras Lídice da Mata, Lúcia Vânia e Rose de Freitas e deputada Benedita da Silva (PT-RJ) na sessão do Senado que entregou o Diploma Bertha Lutz às parlamentares.

A homenagem fez parte do ciclo de eventos dedicado ao Dia Internacional da Mulher (8 de março).

Rose disse entender a homenagem como um reconhecimento de todas as mulheres que se engajaram nas lutas durante a Assembleia Constituinte.

— Todas nós fomos profundamente transformadas naquele período. Foi uma explosão cívica na sociedade. Muitos segmentos que eram oprimidos

durante o regime militar puderam se expressar livremente. E atrás de nós havia muitas milhares de mulheres em movimentos sociais e na militância, e eu tenho que estender a elas esse reconhecimento — disse.

Lúcia Vânia lembrou que, a despeito das diferentes ideologias e partidos, a frente parlamentar feminista construída naquele período manteve uma forte coesão na luta pelos direitos das mulheres e dos segmentos sociais mais vulneráveis como um todo.

Para ela, a dedicação e a seriedade com que essa articulação se deu foi fundamental para que a bancada incluísse diversos artigos na Constituição, apesar de as mulheres serem apenas 5% dos parlamentares.

— Havia mais reportagens sobre os penteados ou as roupas que usávamos. Referiam-se a nós como o lobby do batom. Não havia sequer

um banheiro feminino no Plenário. Quando isso foi solicitado, disseram que nossa primeira reivindicação era por banheiro — citou.

Lídice aproveitou para fazer uma homenagem ao PCdoB, partido ao qual era filiada na época, e ao PCB. Acredita que o retorno dos comunistas ao Parlamento, legalizados politicamente apenas em 1985, era simbolicamente representativo daquele período de redemocratização.

— Éramos uma bancada diminuta, mas conseguimos incluir muitos direitos para a classe trabalhadora. Acabava, felizmente, o tempo em que os comunistas tinham que esconder suas ideias — afirmou.

Benedita lembrou que a maioria da população aderiu de fato ao processo constituinte. Houve um grande engajamento e um sentimento de que isso nos conduziria a dias melhores, disse.

Assédio e participação política das mulheres serão debatidos

A participação da bancada feminina no processo de formulação da Constituição é o tema do colóquio que será promovido hoje, às 15h, pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados com apoio da Procuradoria Especial da Mulher do Senado. O evento faz parte da programação Março Mulheres - 2018, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, celebrado hoje. Também integra as comemorações dos 30 anos da promulgação da Constituição de 1988.

No roteiro do colóquio, intitulado A Bancada do Batom e a Participação Feminina na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, está previs-

ta uma conferência com a consultora da Câmara Ana Luiza Backes e com a representante da Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh). Em seguida, serão realizados painéis de debates com a participação de algumas das constituintes, com temas como a Carta das Mulheres aos Constituintes e a participação feminina no processo eleitoral e na democratização do país.

O evento será transmitido pelo canal da TV Senado no YouTube e transformado em livro pelas Edições Câmara.

O assédio moral e sexual cometido contra as mulheres será o tema de uma audiência na Comissão de Direitos Hu-

manos (CDH). Um requerimento com esse objetivo, de Regina Sousa (PT-PI), foi aprovado ontem.

— Já tem a questão do estupro, que já extrapolou todos os limites, inclusive com estupros coletivos. Tem o feminicídio, crime ainda com muita subnotificação. Agora o assédio também tem crescido. Percebemos no transporte coletivo, nas universidades. Esse é um tema que precisamos debater e propor uma solução que iniba a ousadia de alguns homens — disse a senadora.

Veja os eventos da Março Mulheres: bit.ly/programacaoMarcoMulheres

Elber Batalha destaca desigualdades de gênero no mercado de trabalho

Elber Batalha (PSB-SE) lamentou que, ainda hoje, as mulheres sofrem com discriminação econômica. Ele citou dados que indicam que a diferença salarial média entre homens e mulheres é de 15%.

O senador criticou o fato de as mulheres ocuparem poucos cargos de chefia, mesmo com o crescimento da participação delas no mercado de trabalho.

— A desigualdade de gênero é o grande desafio a ser enfrentado no trabalho.



Waldemir Brito/Agência Senado

Reforma da CLT trouxe retrocesso e prejuízos às trabalhadoras, afirma Paim

Recentemente houve mudanças prejudiciais às mulheres nas leis trabalhistas, afirmou Paulo Paim (PT-RS). O senador destacou a importância da luta pela igualdade de gênero e disse não ser admissível qualquer retrocesso em direitos alcançados ao longo de anos.

— O pior é que já é lei: mulher pode trabalhar em área insalubre, penosa e periculosa, mesmo grávida. Um ataque à saúde da mulher e da própria criança.

Ele cobrou a votação de proposta que iguale salários de homens e mulheres que desempenhem a mesma função.

Paulo Rocha compara os governos Lula e Temer quanto às pautas femininas

Paulo Rocha (PT-PA) afirmou que, nos governos do ex-presidente Lula, as mulheres foram tratadas com mais igualdade. Ele lembrou a aprovação da Lei Maria da Penha. Além disso, os cadastros do Bolsa Família sempre foram feitos em nome das mulheres.

Para o senador, no governo Temer, as mulheres não tem o que comemorar.

— A palavra de ordem que está posta é a luta pelos direitos das mulheres.



Waldemir Brito/Agência Senado

Projeto que obriga informar substância cancerígena em alimento será debatido

Comissão aprovou realização de audiência para discutir proposta que exige que embalagens esclareçam sobre risco de desenvolver doença

A COMISSÃO DE Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) fará audiência pública para discutir o projeto que torna obrigatória a informação, nas embalagens dos produtos cosméticos e alimentícios que possuem substâncias comprovadamente cancerígenas, sobre os riscos do desenvolvimento da doença (PLS 215/2017). Requerimento para a realização da audiência foi aprovado ontem pela comissão. A data ainda será definida.

Para o debate foram convidados Igor Brito, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Luciano Santos, da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, e a gerente da Unidade Técnica de Alimentação, Nutrição e Câncer do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca), Maria Eduarda Melo. Também devem participar representantes da



Armando Monteiro e Flexa Ribeiro na reunião da Comissão de Transparência coordenada por Airton Sandoval

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (Abia) e da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

Relatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto é de

autoridade da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Nordeste

Outro requerimento aprovado ontem prevê audiência conjunta da CTFC e da Comissão de Desenvolvimento

Regional (CDR) para discutir o *Relatório Sistêmico de Fiscalização do Tema Desenvolvimento, com Recorte Nordeste (Fisc Nordeste)*, do Tribunal de Contas da União (TCU). O ministro do TCU José Múcio Monteiro será um dos convidados do debate.

Fátima protesta contra valor abusivo de passagens aéreas

Fátima Bezerra (PT-RN) protestou contra a cobrança pelo despacho de bagagens nas viagens aéreas. Ela citou uma audiência sobre o tema, feita na terça-feira, pelas Comissões de Desenvolvimento Regional (CDR), de Assuntos Econômicos (CAE) e Infraestrutura (CI). No debate, os senadores criticaram a decisão da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A senadora disse que a promessa da Anac de que os consumidores seriam beneficiados com a medida não foi cumprida. Em vez disso, afirmou, as aéreas aumentaram o valor das passagens em 35,9% já nos três primeiros meses de vigência da cobrança, segundo a Fundação Getúlio Vargas.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Programa de governo do PMDB recua país ao século 19, diz Requião

Roberto Requião (PMDB-PR) destacou a atualidade do documento *Esperança e Mudança*, lançado em 1982 pelo PMDB, que inspirou a Constituição Cidadã de 1988. Para ele, tratava-se de um projeto para a construção de uma república democrática, nacionalista e popular.

Ele criticou a adoção pelo PMDB do programa "Ponte para o Futuro", que considera um recuo ao século 19, quando a questão social era um assunto de polícia e não existiam direitos para os trabalhadores.

— *Ponte para o Futuro* é uma declaração de submissão ao mercado, de subserviência ao imperialismo, de escravização à globalização financeira.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Kátia Abreu defende compensação de perdas de agricultores

Kátia Abreu (sem partido-TO) pediu que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgue com rapidez os recursos contra a decisão que condena o Banco do Brasil e a União a devolverem aos agricultores as perdas sofridas em 1990, durante a "política confiscatória" da então ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello.

A senadora lembrou que naquele ano houve um reajuste unilateral e abusivo de 43% nos saldos devedores de milhões de agricultores. Ela disse ser urgente a implementação da decisão do próprio STJ, que foi favorável aos prejudicados pela medida do governo:

— Temos que colocar um ponto final nessa indignidade.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Reguffe registra desconto na conta de água em Brasília

Os consumidores do Distrito Federal receberam R\$ 16 milhões de volta na conta de água devido a um bônus-desconto para os que economizaram no ano passado, anunciou Reguffe (sem partido-DF).

A devolução, explicou, será ao longo do ano, como os consumidores estão sendo informados ao receberem a conta de água. Segundo Reguffe, isso se deve a um projeto dele aprovado em 2009, quando era deputado distrital.

O senador destacou ainda um projeto que proíbe a cobrança de assinatura básica na conta de água em todo o país. O PLS 378/2015 está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Waldemir Borretto/Agência Senado

DÊ SUA OPINIÃO

Texto desobriga indicação de transgênicos em baixo teor

Está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto que gerou polêmica desde que chegou ao Senado. O texto desobriga os rótulos de alimentos de informar a presença de transgênicos quando isso representar menos de 1% da composição (PLC 34/2015).

Já aprovado pela Câmara, o projeto passou por duas comissões no Senado: a de Ciência e Tecnologia (CCT), que deu parecer contrário, e a de Agricultura (CRA), que aprovou parecer favorável. Na CAS, o voto da relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), é pela rejeição do projeto. Na comissão, porém, consta também um voto em separado, de Cidinho Santos (PR-MT), pela aprovação.

Hoje a lei determina que a presença de transgênicos deve ser informada no rótulo, independentemente da quantidade.

Para Vanessa, o projeto restringe o direito do consumidor à informação. Já Cidinho defende um limite de tolerância para a presença de transgênicos. Apenas se o voto de Vanessa for rejeitado é que será analisado o voto em separado de Cidinho. Depois da CAS, o projeto será votado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Qual a sua opinião sobre o projeto? **Vote em:** <http://bit.ly/PLC34-2015>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do portal **e-Cidadania**: senado.leg.br/ecidania

Comente também na página do Senado no **Facebook**: facebook.com/senadofederal

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Especialista português diz na Comissão de Relações Exteriores que chegou o momento de criar um Estado palestino, provavelmente desmilitarizado, que viva em paz com Israel

Estado Islâmico venceu na internet, diz professor

O ESTADO ISLÂMICO perdeu força e está perdendo a guerra contra a coalizão de países árabes e os Estados Unidos. Mas a grande vitória dessa organização terrorista foi o “califado digital”, afirmou o jornalista e professor português licenciado pela Universidade de Tel Aviv Henrique Cymerman Benarroch. Ele apresentou uma palestra ontem na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Por meio da internet, o Estado Islâmico conseguiu cooptar milhares de jovens do mundo inteiro e essa herança pode ser utilizada no futuro por outros grupos jihadistas, acredita o professor.

— Temos que desenvolver uma contranarrativa para essa violência em nome de Deus. O Estado Islâmico utilizou tecnologias do século 21, sem dúvida as redes sociais, para impor um sistema de vida do século 7, dos princípios do Islã, com uma série de leis baseadas na Sharia, uma legislação que de alguma maneira pertence a outra época — disse.

Autor do livro *O Terror Entre Nós — Ameaça do terrorismo islamista ao modo de vida ocidental*, o jornalista lembra que 60% dos terroristas que cometeram atentados na Europa são filhos de imigrantes que não assimilaram a cultura local. Ainda assim, 98% das



Ana Amélia e Jorge Viana ouvem o jornalista português e professor universitário licenciado pela Universidade de Tel Aviv, Henrique Cymerman Benarroch

vítimas do Estado Islâmico são muçulmanos, ressaltou.

Apesar da cooperação internacional que une esforços contra o terrorismo, parte dele já aponta para em direção à América Latina, alertou.

Novo mapa

As recentes revoluções no mundo árabe estão mudando a configuração do mapa da região, explicou Cymerman. Síria, Iraque, Iêmen e Líbia, além da Somália na África, “praticamente desapareceram”.

— Eu suspeito que vamos ver uma espécie de balcanização, na qual vamos voltar um pouco à situação de 1916, quando havia zonas de influência e não

só Estados. Segundo uma base étnica, religiosa, xiitas com xiitas, sunitas com sunitas. Talvez Curdistão independente, talvez Palestina independente.

Com esse novo cenário no Oriente Médio, cinco eixos deverão despontar: Egito, Arábia Saudita, Turquia, Irã e Israel. Na Arábia Saudita, as mudanças já podem ser vistas como o direito às mulheres de dirigir carros e de trabalhar. Cymerman chama a atenção para o Irã como o país que apoia o maior número de grupos terroristas no mundo, a exemplo do Hezbollah no Líbano e do Hamas na Faixa de Gaza. Considerado grande foco de instabilidade, o Irã também continua a desenvolver mísseis

de longo alcance.

O professor entende que chegou o momento de criar um Estado palestino, provavelmente desmilitarizado, com todos os direitos e que viva em paz com Israel. E a condição prévia para isso é a segurança, “para que não aconteça na Cisjordânia o que aconteceu em Gaza” com o terrorismo. Ele destacou o chamado Deal of the Century, o projeto de paz oferecido pelo presidente americano Donald Trump, que prevê um acordo global no Oriente Médio incluindo a questão econômica.

— A paz bilateral hoje em dia é praticamente impossível. Se não conseguimos durante

um quarto de século, não é por acaso. As feridas são demasiado profundas e há uma desconfiança enorme de um lado em relação ao outro. Creio que devemos investir sem limites na educação das duas partes — observou.

O papel do papa Francisco frente à crise no Oriente Médio, e em especial na Síria, foi questionado por Jorge Viana (PT-AC) e Ana Amélia (PP-RS), autora do requerimento para a audiência.

— O papa é hoje em dia, em minha opinião, o líder mais global, de mais autoridade moral no mundo. E não é só um líder católico ou cristão — respondeu Cymerman.

Especialistas pedem regulamentação do comércio eletrônico

A regulamentação do comércio eletrônico foi defendida ontem em audiência pública na comissão temporária encarregada da reforma do Código Comercial. A proposta tramita na forma do Projeto de Lei do Senado (PLS) 487/2013. Os participantes advertiram que a internet hoje é um espaço ocupado por práticas criminosas, promovidas por organizações que ocupam o lugar do Estado e estão presentes em diversos setores da vida cotidiana.

O presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial e do Fórum Nacional de Combate à Pirataria, Edson Vismona, afirmou que o crime organizado desconhece fronteiras, leis e autoridades, tem abundância de recursos e segue a lógica comercial muito clara em busca do lucro, não importa como.

— As organizações criminosas no Brasil já são a 16ª maior empresa e movimentam mais de vinte bilhões de reais. As máfias russas atuam na “descriptografia” de sinais, ocupam espaço na TV por assinatura, em sites pornográficos. Existe um espaço extremamente lucrativo para essas associações na internet.

Produto ilegal

Virmona defendeu as alterações na legislação previstas no projeto em tramitação no Senado, que prevê prazo

de 24 horas para a retirada do ar de produtos comercializados de forma ilegal. Hoje o Marco Civil da Internet exige ordem judicial para a retirada de produtos do ambiente eletrônico, o que pode demorar muito.

O tributarista Felipe Fabro, integrante da comissão de juristas que elaborou o anteprojeto de lei do Código Comercial, defendeu a regulamentação para reduzir fraudes.

— Temos que enfrentar o tema com seriedade para evitar as fraudes no comércio eletrônico. A revolução tecnológica mudou a forma de termos a apreensão do tempo e espaço, as relações comerciais criaram novas rotas. As empresas de plataforma global estão realizando seus negócios no comércio eletrônico. Daí a necessidade de construir de forma correta essas relações em solo nacional.

Fabro destacou ainda que a regulamentação do comércio e dos contratos digitais poderá contribuir para o avanço da economia brasileira.

— É preciso estimular novas rotas comerciais, tornar o Brasil mais competitivo com uma legislação simples que dê transparência e eficácia — argumentou o tributarista.

Mulheres

Professora da Faculdade de Direito da PUC de São Paulo, Maria Eugênia Finkelstein enumerou os produtos mais vendidos na internet (moda, acessórios e perfumaria) e disse que as mulheres estão entre os maiores consumidores do comércio eletrônico, que reúne 58 milhões de pessoas no Brasil.

— Não ter regulamentação chega a ser lamentável num país do tamanho do Brasil. As duas principais vertentes

do comércio eletrônico são as relações empresariais, hoje reguladas pelo Código Civil, que não traz nenhum tipo de regulamentação, e as relações previstas no Código do Consumidor. Essas normas foram escritas antes de 1995, quando teve início o comércio eletrônico — afirmou.

Novos negócios

Entre os negócios que deveriam estar contemplados no novo Código Comercial, Maria Eugênia sugeriu a internet das coisas, as ações de *crowdworking* (locação de mão de obra) e *crowdfunding* (financiamento coletivo), as “vaquinhas” virtuais, os sites de relacionamento (“as verbas publicitárias se concentram hoje nesses sites”), os e-books, o Airbnb (plataforma de hospedagem) e o atendimento médico por internet, este ainda não permitido no Brasil.

Advogada especialista em Direito Comercial e diretora da Associação pela Indústria e Comércio Esportivo (Ápice), Marina Carvalho observou que a existência de um comércio eletrônico não regulamentado gera a possibilidade de venda de produtos ilegais na internet.

Ela revelou ainda que 23% dos calçados consumidos hoje no Brasil são piratas. E que 50% das vendas disponíveis hoje em plataformas virtuais são de produtos falsificados.



Vismona, Fabro, o relator, Pedro Chaves, Maria Eugênia e Marina debatem novas regras

Comissão de Constituição e Justiça rejeita legalização de jogos de azar

Apesar do voto favorável do relator, Benedito de Lira, prevaleceu o parecer contrário apresentado em separado por Randolfe e Magno Malta

A LEGALIZAÇÃO DOS jogos de azar e a reabertura dos cassinos no país foi rejeitada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A maioria dos senadores foi contrária à aprovação do projeto que autoriza a exploração de bingos, jogo do bicho, videogame e outras modalidades de apostas (PLS 186/2014).

A proposta tinha sido aprovada terminativamente na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, mas o relator no colegiado, Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), apresentou requerimento para que fosse votada no Plenário, para onde segue agora o texto com o parecer da CCJ.

O autor do projeto, Ciro Nogueira (PP-PI), destacou a intenção de estipular um marco regulatório para a exploração dos jogos de azar. Para o senador, a legislação proibitiva não alterou o cenário de ilegalidade do jogo no Brasil, que movimenta anualmente em apostas clandestinas mais de R\$ 18 bilhões, sem que sejam cobrados os impostos.

O relator, Benedito de Lira (PP-AL), apoiou a proposta, mas prevaleceram na CCJ as posições dos senadores Magno Malta (PR-ES) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que apresentaram votos em separado pedindo a rejeição.

Randolfe afirmou que o projeto era muito permissivo, amplo e carente de uma autoridade governamental ou qualquer mecanismo de controle mais efetivo do Estado.

A ausência desse controle, segundo o senador, poderia acarretar o uso da prática dos jogos de azar para facilitar a la-



O vice-presidente da CCJ, Antonio Anastasia, acompanha análise de projeto que permitiria reabertura de cassinos

vagem de dinheiro, sonegação de impostos e evasão de receita. Randolfe argumentou ainda que a legalização dos jogos teria “nefasto” impacto psíquico e sociofamiliar sobre o jogador contumaz e não produziria aumento de receita tributária nem fomentaria o turismo no Brasil, como alegaram o autor do projeto e o relator.

Interesses

“Sabe-se que existem muitos interesses lutando pela legalização do jogo no Brasil. Tais interesses envolvem grupos que hoje já estão inseridos de uma forma ou de outra com a exploração dos jogos de azar, e grupos que pretendem explorar as novas oportunidades que viriam a surgir caso os jogos venham a ser legalizados”, disse Randolfe.

Segundo Malta, o projeto vende a imagem falsa de salvação da economia, com a alegação de que legalizar vai criar empregos e levar para os cofres públicos cerca de R\$ 15 bilhões de impostos a

mais, por ano. “Esse número é fictício, irreal”, afirmou.

No voto em separado, Malta alertou também para a especial vulnerabilidade de idosos e observou que países que liberaram o jogo enfrentam elevados custos em razão de problemas e patologias associadas ao vício de jogar. “Os benefícios da legalização da jogatina serão maiores do que os custos? Para especialistas, a resposta é não. E quem vai pagar a conta, como sempre, é o contribuinte”, argumentou.

Já Benedito sustentou que estabelecer um marco regulatório para os jogos ajudaria a enfrentar os problemas que já existem na clandestinidade:

— É justamente a legalização dos jogos de fortuna que acabará com os jogos clandestinos. Tornar transparente essa atividade em muito ajudará no combate à lavagem de dinheiro. A legalização também permitirá atendimento aos viciados em jogos que na clandestinidade de hoje não possuem saída alguma. Se

chegar hoje em São Paulo você vai encontrar muitas casas de bingo lotadas. Lavagem de dinheiro existe hoje porque tudo é feito às escondidas — disse.

Empregos

Ciro Nogueira argumentou que o objetivo do projeto é garantir mais dinheiro aos cofres públicos, além de gerar milhares de empregos. Afirmou ainda que existe uma “cortina de fumaça”, como se o jogo já não fosse uma realidade:

— O Brasil hoje é um dos países em que mais se joga no mundo — estimou.

Os argumentos do autor e do relator não convenceram a maioria dos senadores da CCJ. Roberto Requião (PMDB-PR) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) foram alguns dos que se posicionaram contra a aprovação do projeto.

— Que benefício teremos? Poucos vão enriquecer. Muitos vão lavar dinheiro e o resto da população brasileira vai perder seu patrimônio — disse Caiado.

Humberto Costa lamenta negativa de habeas corpus a Lula

A decisão do Superior Tribunal de Justiça que negou habeas corpus ao ex-presidente



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lula representa um perigoso precedente, segundo Humberto Costa (PT-PE).

Para o senador, muitos juízes e procuradores não escondem suas preferências políticas. De acordo com Humberto, existem provas explícitas contra a cúpula do PSDB, como gravações, pedidos de propinas e contas no exterior, mas eles não recebem qualquer tipo de punição. Ele disse aguardar com expectativa a decisão do Supremo sobre Lula.

Castro: sistema bicameral alonga processo legislativo

Sérgio de Castro (PDT-ES) fez ontem uma análise do processo legislativo brasileiro, que



Waldemir Barreto/Agência Senado

considerou muito longo. Ele disse que, como no sistema bicameral o Senado, além revisor, é proponente de leis, há um acúmulo de matérias para análise.

— O Parlamento brasileiro deve ser ágil o suficiente para atender as demandas decorrentes da necessária normatização das relações sociais — afirmou o senador, que assinalou estar fazendo seu último discurso, já que o titular do mandato, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), reassumirá hoje.

Medeiros comemora 2 anos do Marco Legal da Primeira Infância

José Medeiros (Pode-MT) comemorou os dois anos da promulgação do Marco Legal da Primeira Infância, que qualificou como



Waldemir Barreto/Agência Senado

uma das legislações mais modernas do mundo, no sentido de dotar o ser humano dos meios necessários para ser um bom cidadão. O senador também elogiou o programa federal Criança Feliz.

— Se uma criança for criada num ambiente familiar violento, com drogas e outros problemas, estará fadada a ter dificuldades na aprendizagem e sua personalidade será afetada, podendo levá-la à criminalidade.

Proposta que beneficia advogados de sindicatos vai a Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem um projeto de lei que permite aos advogados de sindicatos e associações receber cumulativamente os honorários contratados com a entidade que representam e os honorários de sucumbência assistenciais, devidos pela parte vencida ao vencedor da causa. A proposta vai agora para o Plenário do Senado.

De acordo com a relatora, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), o PLC 139/2017 harmoniza a Lei 5.584/1970, que dispõe sobre normas de direito processual do trabalho, com a Lei 3.467/2017, que promoveu a reforma trabalhista.

Uma das alterações pro-

movidas na CLT pela reforma trabalhista foi a previsão de cobrança de honorários de sucumbência no âmbito da Justiça do Trabalho. Eles são devidos também nas ações em que a parte estiver sendo

assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.

“A presente proposição em nada onera o reclamado, pois a discussão aqui travada cinge-se à titularidade dos honorários assistenciais deferidos

na sentença condenatória, o que não gera nenhum ônus adicional a ninguém. Seu único propósito é reafirmar que o advogado é o titular dos honorários assistenciais fixados em ações coletivas propostas por entidades de classe, diferenciando duas espécies de verbas honorárias”, argumenta Simone no relatório.

O autor do projeto, deputado Rogério Rosso (PSD-DF), afirma que os dois honorários têm natureza semelhante. “Os honorários assistenciais possuem idêntica natureza dos honorários sucumbenciais fixados nos moldes do Código de Processo Civil, sendo devidos pelo vencido ao advogado vencedor da causa”.



Simone fala na votação da proposta sobre honorários relatada por ela